
**A CONSTRUÇÃO SOCIAL,
HISTÓRICA E CULTURAL
DO PSIQUISMO
HUMANO***

Maria Vilani Cosme de Carvalho**

Resumo: O objetivo deste artigo é analisar a construção social, histórica e cultural do psiquismo humano na perspectiva da Psicologia Sócio-Histórica. Para tanto, inicialmente explicitamos porque as idéias de Vygotsky, Leontiev, Luria, Habermas, Berger e Luckmann constituem pressupostos teóricos que nos permitem entender a tese do homem como social, histórica e culturalmente constituído. Explicamos também que é no processo interativo homem e mundo que o indivíduo constrói seu psiquismo e, portanto, torna-se humano. Em seguida, detalhamos o processo interativo homem e mundo, mostrando que os vários modos de interação social constituem diferentes psiquismos, isto é, diferentes modos de ser no mundo. Finalmente, fazemos algumas considerações finais, resgatando alguns aspectos desenvolvidos ao longo do texto, para evidenciar a importância de desenvolvermos pesquisas sobre os processos e particularidades psíquicas de modo que nos ajudem a compreender o homem como um ser histórico, social e concreto, e seu psiquismo como um processo complexo e dinâmico que se constitui na relação dialética do homem com seu mundo real, tendo a subjetividade como forma de se expressar.

Palavras-chaves: psicologia sócio-histórica, psiquismo humano, interação social.

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Tomando como tese central a compreensão do homem como social, histórica e culturalmente constituído, somente podemos entender seu psiquismo como algo mutável. O psiquismo é, portanto, construído, paulatinamente, nas interações que o homem estabelece com sua realidade social, o que nos leva a entender que é construído tendo como referencial determinações sociais, históricas e culturais. Assim, o psiquismo passa por transformações qualitativas durante todo o processo de desenvolvimento ontogênico do homem.

Sem abordar as controvérsias sobre o que vem a ser o psiquismo humano, convém ressaltarmos que aqui será entendido como a totalidade dos processos psíquicos superiores e do comportamento social que possibilitam ao homem constituir a unidade que é sua psique (VYGOTSKY, 1993, 1994, 1996; LEONTIEV, 1978; LURIA, 1986, 1991), unidade essa que se expressa no modo peculiar de cada indivíduo ser no mundo – a subjetividade (LANE, 2002; BOCK, 2001, entre outros), a realidade subjetiva (BERGER; LUCKMANN, 1985), a individualização (HABERMAS, 1990) e a individualidade (CIAMPA, 1987). Em outros termos, Vygotsky (1996a, p. 144) expressa toda a complexidade do psiquismo e dá a entender que a subjetividade é o seu modo ontológico de ser, quando afirma:

A psique não deve ser considerada como uma série de processos especiais que existem em algum lugar na qualidade de complementos acima e separados dos cerebrais, mas como expressão subjetiva desses mesmos processos, como uma faceta especial, uma característica qualitativa especial das funções superiores do cérebro.

Os argumentos que explicam o psiquismo humano como um processo em movimento e em transformação fundamentam-se nas proposições teóricas da Psicologia Sócio-Histórica de Vygotsky (1993, 1994, 1996), Leontiev (1978, 1984) e Luria (1986, 1991) e, ainda, em alguns dos conceitos da Sociologia do Conhecimento de Berger e Luckmann (1987) e da teoria crítica da sociedade de Habermas (1987, 1990).¹

Vygotsky (1993, 1994, 1996), Leontiev (1978, 1984) e Luria (1986, 1991), ao tomarem como tarefa descrever e explicar a vida psíquica, estudaram as funções psíquicas superiores, como atenção, memória, pensamento, linguagem, consciência, dentre outras, tendo como princípio orientador a gênese social de todos os processos psíquicos. Eles constataram que, de fato, o psiquismo tem uma gênese social, isto é, originou-se, desenvolveu-se e se transformou no decorrer da história da sociedade humana e conforme as relações sociais, históricas e culturais que delas derivaram. Isso nos leva a entender que,

Para explicar as formas mais complexas da vida consciente do homem é imprescindível sair dos limites do organismo, buscar as origens desta vida consciente e do comportamento ‘categorial’, não nas profundidades do cérebro ou da alma, mas sim nas condições externas da vida e, em primeiro lugar, da vida social, nas formas histórico-sociais da existência do homem (LURIA, 1986, p. 21).

Nessa direção, enriquecemos nossa análise do processo de construção do psiquismo humano, recorrendo a alguns dos conceitos desenvolvidos por Habermas (1987, 1990), Berger e Luckmann (1985), que, ao analisarem questões relativas à evolução social, especialmente às relações entre o indivíduo e sua realidade, trazem importantes contribuições para a compreensão do psiquismo humano como uma construção social, histórica e cultural, visto que esses autores explicam a interação social, notadamente a intersubjetividade, como um dos fatores fundamentais na construção e reconstrução do “eu” e, portanto, do processo de individualização do homem.

Berger e Luckmann (1985, p. 85), ao analisarem a construção social da realidade tomando como base seus três momentos dialéticos – “a sociedade é um produto humano. A sociedade é uma realidade objetiva. O homem é um produto social” – nos fazem entender que é no processo interativo que o homem vai interiorizando a realidade objetiva e construindo sua realidade subjetiva, a qual será exteriorizada pelo processo de objetivação.

Habermas (1987, 1990), ao buscar homologias entre o desenvolvimento do “eu” e a evolução social, esclarece os conceitos básicos de sua teoria da ação comunicativa e ajuda-nos, com isso, a compreender que o fato de vivermos em sociedades consideradas complexas, como a contemporânea, exige formas de ação específicas e necessárias, como a comunicativa, que fornece os meios que possibilitam a construção de indivíduos autodeterminados e autônomos e de uma sociedade livre e emancipada.

1. O PROCESSO INTERATIVO HOMEM E MUNDO CONSTITUINDO O PSIQUISMO HUMANO

Do que apreendemos das proposições e conceitos dos autores apresentados, podemos afirmar, em princípio, que o homem, ao nascer, possui impresso no seu código genético todos os caracteres – traços e propriedades – comuns e intrínsecos à sua espécie e indispensáveis ao seu desenvolvimento pleno. Mas, para conseguir se desenvolver, deve entrar em interação com sua realidade, pois é esta que dará ou não as condições necessárias ao desenvolvimento ilimitado do homem – autodesenvolvimento e autodeterminação – para construir sua realidade objetiva e subjetiva. Assim, ao nascer, o homem já possui todas as particularidades específicas, formadas na história evolutiva da espécie

humana, para desenvolver a sua sociabilidade e individualidade. No entanto, para ser um indivíduo, isto é, um membro da sociedade, precisa interagir com os outros, com a cultura e com a sociedade, pois é a interação social que, por modos complexos e dinâmicos, possibilitará ao indivíduo interiorizar o mundo e definir todo o seu processo de desenvolvimento ontogênico, construindo, assim, seu psiquismo. Portanto, “o processo ontogenético pelo qual isto se realiza é a socialização, que pode assim ser definida como a ampla e consistente introdução de um indivíduo no mundo objetivo de uma sociedade ou de um setor dela” (BERGER E LUCKMANN, 1985, p. 175).

Entendemos, então, que, no seu processo de desenvolvimento ontogênico, o homem entra, necessariamente, em inter-relação com o mundo que o cerca.² Esse mundo é o mundo que foi historicamente produzido pela Humanidade e que, ao ser exteriorizado, pode ser percebido, de modo geral, em três esferas: a) o mundo dos homens, o próprio indivíduo e os outros – os indivíduos; b) o mundo dos produtos desenvolvidos pela Humanidade, uma linguagem comum para os indivíduos interagirem, os objetos e fenômenos sociais, as experiências e os campos de significação e sentido que formam o acervo social disponível do conhecimento, ou melhor, a experiência histórico-social que é sedimentada na consciência, objetivada na realidade social e transmitida por meio de procedimentos de controle e legitimação às novas gerações – a cultura; e c) o mundo se dá a conhecer como uma estrutura espacial, temporal e social específica, uma ordem social concreta que possui uma história que acontece especialmente por meio da institucionalização – a sociedade.

Esse mundo, que é uma progressiva produção humana, determina a vida do homem; porém, não é percebido de imediato por ele como o mundo que consiste em múltiplas realidades, mas que é real e necessário. Ou seja, o mundo não é apresentado e percebido pelo homem como uma realidade que, embora tenha uma multiplicidade de determinações, esteja estruturada e organizada de modo a formar uma nação politicamente organizada: um contexto físico, social, histórico e cultural que tenha ordem, direção e estabilidade, que legitima as instituições sociais e mantém a cultura. Longe disso, o mundo é apresentado a cada homem como um problema a resolver; uma realidade que mesmo sendo complexa, dinâmica e contraditória, está exteriorizada como mundo objetivo e precisa ser interiorizada e, depois, objetivada pelo indivíduo. Entendemos, portanto, com Berger e Luckmann (1985, p. 174), que a

exteriorização, a objetivação e a interiorização são os três momentos do processo contínuo de apropriação do mundo, sendo que

O ponto inicial deste processo é a interiorização, a saber a apreensão ou interpretação imediata de um acontecimento objetivo como dotado de sentido, isto é, como manifestação de processos subjetivos de outrem, que desta maneira torna-se subjetivamente significativo para mim.

A despeito de ser denominado de modos diversos pelos autores aqui analisados³, esse processo quer significar o ato do indivíduo apreender para si, isto é, de incorporar no seu mundo interior as produções históricas, sociais e culturais que estão exteriorizadas no mundo real. Esse saber e esse fazer da sociedade, ao serem construídos internamente no indivíduo, transformam-se e acabam configurando algo novo, ou seja, nas imagens, idéias e sentimentos que passam a constituir a realidade subjetiva de cada indivíduo, a qual será manifestada pela objetivação, que é o momento em que o indivíduo torna real para os outros aquilo que ele interiorizou da realidade objetiva, e que passou a constituir e expressar a sua subjetividade.

O processo de apropriação do mundo pelo homem consiste, portanto, em apreender de forma interativa a experiência histórico-social e, com isso, dar curso ao seu desenvolvimento ontogênico, o que significa incorporar a experiência acumulada no processo histórico e atuar no mundo dos objetos, da língua, dos conceitos, das idéias, das criações, entre outros, para poder desempenhar as diversas formas de atividades e desenvolver as características e capacidades físicas e psicossociais que se cristalizaram no seu mundo, como a corporeidade, a linguagem, o pensamento, as emoções, a consciência e outros. O fato de o homem se apropriar das produções sócio-culturais e formações psicossociais traz como consequência um processo de interiorização da experiência filogenética, ou seja, das funções psíquicas desenvolvidas ao longo da história da Humanidade. Nas palavras de Leontiev (1978, p. 172):

O processo de apropriação realiza a necessidade principal e o princípio fundamental do desenvolvimento ontogênico humano – a reprodução nas aptidões e propriedades do indivíduo, das aptidões e propriedades historicamente formadas da espécie humana, inclusive a aptidão para compreender e utilizar a linguagem.

Assim, conceber o psiquismo humano como tendo uma gênese social não significa negar seu substrato biológico, nem atribuir poder incondicional ao social, mas entender que é no processo de interação com o mundo que esse substrato se desenvolve, e os processos psíquicos elementares, de origem natural, se transformam em superiores, de origem cultural. Fica subentendido, nesse caso, que a atividade psíquica – o psiquismo humano – é produto da atividade cerebral (uma vez que tem um substrato biológico em que a plasticidade do cérebro tem papel fundamental) e do contexto físico, social, histórico e cultural em que se inter-relacionam os homens, uma vez que esse contexto não é apenas o meio social imediato, mas todas as mediações nele contidas. Além disso, o psiquismo é resultado também dos modos variados e complexos de interação social que ocorrem nesse contexto, como a linguagem e a atividade, dentre outros. Entendemos, então, que “essa estrutura humana complexa é o produto de um processo de desenvolvimento profundamente enraizado nas ligações entre história individual e história social.” (VYGOTSKY, 1994, p. 40).

Podemos inferir, com isso, que é em presença de um mundo, que em princípio é desconhecido, que o homem se relaciona com os outros homens, com a cultura e com a sociedade e constrói seu psiquismo. No entanto, conforme já vimos, essa relação entre o homem e o mundo social não é simples, passiva nem direta; ao contrário, ela é complexa, interativa e mediada. Em termos gerais, podemos afirmar que essa relação é dialética e mediada, pois o homem, o produtor, e o mundo social, produto dele, atuam de forma recíproca um sobre o outro, mediados por diferentes modos, especialmente pelos outros indivíduos.

2. OS VÁRIOS MODOS DE INTERAÇÃO SOCIAL CONSTITUINDO DIFERENTES MODOS DE SER

Embora seja interativo e se constitua na relação dialética que estabelece com o seu contexto e em suas várias dimensões, o homem é constituído não apenas pelos outros, mas também pelas experiências vividas e as suas várias formas de ação que levam à apropriação de significados e produção de sentidos. Isto quer significar que existem vários modos de interação do indivíduo com o mundo e que estes constituem diferentes modos de ser no mundo. No entanto, analisaremos somente a linguagem, a atividade, a familiarização, as relações interpessoais e as emoções, pois acreditamos que estes explicam e expressam a dinâmica do se tornar humano.

2.1 A Linguagem

A linguagem, constituindo os diversos e diferentes sistemas de sinais convencionais que os indivíduos empregam para comunicar e expressar idéias, sentimentos e ações, é o instrumento essencial a ser apropriado pelo homem. Isso quer dizer que a linguagem, como um modo de interação, deve ser internalizada porque, além de consistir no meio de comunicação entre os homens, de construção e apropriação do saber (acervo sócio-cultural do conhecimento) e do fazer (atividade humana) da sociedade, propicia, como veremos mais adiante, a formação e transformação do psiquismo humano e é, também, sua principal forma de manifestação.

De modo geral, entendemos como Luria (1991), que a linguagem é o mais importante sistema de sinais da sociedade, pelos quais são nomeados os objetos do mundo exterior, suas ações, qualidades, inter-relações, dentre outros. No entanto, é importante ressaltarmos, com Berger e Luckmann (1985), que a linguagem se sobressai muito mais em sua capacidade de comunicar significados que não são expressões diretas da subjetividade manifesta “aqui e agora”. Ao desempenhar essa função mediadora, a linguagem realiza um duplo objetivo: por um lado, torna mais real a subjetividade não somente para o outro, mas também para o próprio indivíduo; por outro, a linguagem cristaliza e estabiliza, em determinados momentos da vida do indivíduo, a subjetividade, fornecendo a imediata possibilidade de contínua objetivação da experiência em desenvolvimento. A linguagem, portanto,

[...] objetiva as experiências partilhadas e torna-as acessíveis a todos dentro da comunidade lingüística, passando a ser assim a base e o instrumento do acervo coletivo do conhecimento. Ainda mais, a linguagem fornece os meios para a objetivação de novas experiências, permitindo que sejam incorporadas ao estoque já existente do conhecimento, e é o meio mais importante pelo qual as sedimentações objetivadas são transmitidas na tradição da coletividade em questão (BERGER; LUCKMANN, 1985, p. 96).

Nesse sentido, entendemos que a linguagem não pode ser restrita e se transformar em um meio pelo qual os indivíduos transmitem informações ou simplesmente se comunicam. Efetivamente, a linguagem constitui o primeiro pressuposto de qualquer interação e, portanto, ela é

imprescindível em qualquer forma de ação dos indivíduos, e não somente para comunicar-se, mas também para coordenar suas ações. Habermas (1987) esclarece que mediante a linguagem os indivíduos podem se entender sobre o que existe no mundo objetivo, no mundo social coletivo e no mundo subjetivo, chegando, com isso, aos consensos intersubjetivos acerca de princípios éticos e morais que sejam verdadeiros e válidos para todos os membros de uma dada coletividade.

De modo geral, Habermas (1990) e Berger e Luckmann (1985) nos levam a deduzir que, se é o instrumento básico utilizado pelo homem nas interações sociais, sobretudo nas relações intersubjetivas, a linguagem torna-se também um dos processos essenciais na construção e expressão do psiquismo humano. Conforme Vygotsky (1993), Leontiev (1978) e Luria (1986), veremos que, com a aquisição da linguagem racional, ocorrem mudanças qualitativas no desenvolvimento ontogênico do indivíduo, pois processos como percepção, atenção e memória se ampliam; surge a imaginação e, logo, a criatividade; reorganizam-se as emoções; desenvolvem-se o pensamento abstrato e a consciência; e se forma o “eu”.

2.2 A Atividade

A atividade humana, como outro modo de interação social que é essencial na construção do psiquismo humano, é entendida aqui como as formas do homem agir no mundo, isto é, como as ações concretas dos seres humanos na realidade objetiva. Em princípio, é importante esclarecermos, conforme Berger e Luckmann (1985), que a atividade está sujeita ao hábito, isto é, toda ação social quando frequentemente repetida se molda em um padrão que poderá ser executado a qualquer momento pelos indivíduos que estão capacitados. Ademais, as ações consideradas habituais conservam seu caráter plenamente significativo para o indivíduo e se tornam, conseqüentemente, tipificadas (caracterização dos desempenhos dos indivíduos), institucionalizadas (objetivação da realidade) e legitimadas (explicação e justificação da realidade) no curso da história de uma dada sociedade.⁴

Para Berger e Luckmann (1985), o hábito e a institucionalização limitam por si mesmos a flexibilidade das ações humanas e acabam formando um mundo institucional, que, ao ser legitimado, tem poder coercitivo sobre os indivíduos, o que leva a entender que um dado segmento da atividade humana é institucionalizado quando foi submetido

ao controle social. E ainda, quanto mais uma ação é institucionalizada, mais se torna previsível e controlada. Porém, é importante ressaltar que, como o indivíduo se constitui nessa relação dialética com o mundo, é possível romper e/ou criar novas formas de institucionalização.

Na teoria da ação comunicativa de Habermas (1987, 1990), a atividade humana também é uma ação social que consiste nas formas concretas e específicas de lidar com as situações cotidianas, o que significa, por um lado, seguir de modo teleológico um plano de ação visando êxito; e, por outro, coordenar planos de ação que envolvam diversas formas de diálogo e argumentação, almejando consenso entre os indivíduos. Isso pressupõe que a ação seja orientada por motivos, interesses e necessidades, e também pelas normas, valores, deveres e convenções sociais que são apreendidas pelos indivíduos no processo de socialização, sendo estas institucionalmente adequadas. A ação social envolve também tipos de racionalidade, uma vez que a razão se refere ao modo como os indivíduos capazes de linguagem e de ação fazem uso do conhecimento em suas atividades cotidianas.

Habermas (1990, p. 32) distingue as formas de ação e os tipos de racionalidade em instrumental e comunicativa e esclarece que ambas coexistem e são essenciais nas sociedades contemporâneas. Contudo, cada uma é orientada por um sistema de normas próprias e tem finalidades específicas, “para evitar confundir numa só coisa os processos de racionalização determinantes para a evolução social: a racionalidade do agir não tem efeitos apenas sobre as forças produtivas, mas também – de modo autônomo – sobre as estruturas normativas”.

A racionalidade instrumental, conhecida também por instrumental-estratégica, corresponde às formas de ação relacionadas a um dado fim, ou seja, à instrumentalização da ação humana. Essa forma de ação, ao ser orientada por um saber objetivamente eficaz e valorizável que estrutura os processos de domínio da natureza (trabalho), como os meios técnicos e organizacionais, tem por finalidade atingir o êxito da produção social, que é até hoje colocado como promessa para a solução de todos os problemas da humanidade. Com efeito, Habermas (1990, p. 32) considera a ação instrumental sob dois aspectos diversos:

O da eficácia empírica dos meios empregados e o da consistência da escolha entre meios adequados. Ações e sistemas de ações podem ser racionalizados sob ambos os aspectos. A racionalidade dos meios exige um saber empírico tecnicamente utilizável; a

racionalidade das decisões exige a explicitação e a consistência interna dos sistemas de valores e das máximas decisórias, assim como a correta dedução dos atos de escolha.

Desse modo, a racionalidade instrumental, calculista e utilitarista, regula as ações por meio de uma ética que visa alcançar fins práticos e objetivos que, às vezes, são completamente estranhos aos membros da sociedade; coisificam, instrumentalizam e colonizam, técnica e cientificamente, as relações cotidianas, o consenso e outros aspectos do mundo vivido, até mesmo os próprios indivíduos. Segundo Ciampa (1997, p. 1), isso representa a degradação da vida social e das pessoas em suas relações cotidianas:

Numa fórmula sintética, isto pode ser compreendido como o predomínio da racionalidade instrumental (tão desenvolvida pelo capital em seu benefício), em detrimento da racionalidade comunicativa (tão prejudicada na vida dos indivíduos, em todas as suas relações pessoais). O racionalismo ocidental, hegemônico em grande parte das sociedades contemporâneas, constitui-se assim, desenvolvendo espetacularmente o sistema econômico, o sistema tecnológico etc., e ameaçando assustadoramente a vida em geral. Uma forma de caracterizar esse quadro é defini-lo como a crescente ‘colonização’ do mundo da vida pela ordem sistêmica, colonização que avança cada vez mais como ‘colonização do futuro’.

Habermas (1990) não só critica e denuncia esse tipo de racionalidade que domina de modo instrumental e estratégico todas as ações sociais, culturais e políticas dos indivíduos no mundo, desde a Modernidade, mas desenvolve uma proposta de racionalidade voltada à comunicação que pode possibilitar uma vida melhor aos indivíduos, que, por serem capazes de chegar a um consenso argumentativo, poderão promover a própria emancipação e das suas coletividades. Esse tipo de racionalidade Habermas (1987, p. 124) denomina racionalidade comunicativa, e “se refere à interação de pelo menos dois sujeitos capazes de linguagem e de ação que [...] estabeleçam uma relação interpessoal”.

Decerto, a ação comunicativa é orientada, entre outras coisas, por normas intersubjetivamente válidas e garantidas em situações consensuais, uma vez que elas estruturam os processos de interação mediante práticas de linguagem que almejam atos de entendimento vol-

tados para a compreensão do mundo objetivo (fatos e acontecimentos), do mundo social (normas legitimamente reguladas) e do mundo subjetivo (os outros e nós mesmos). Assim, entendimento é compreendido como “um processo de aquisição de acordos entre sujeitos lingüística e interativamente competentes [que] têm como meta um acordo que satisfaça as condições de um consentimento racionalmente motivado, ao conteúdo de um enunciado.” (HABERMAS, 1987, p. 368).

Contudo, as práticas de linguagem são orientadas ao êxito e ao entendimento, o que pressupõe, segundo Habermas (1990, p. 126), que a linguagem como um meio de interação social requer não só “um saber tecnicamente valorizável e que possa orientar as regras do agir instrumental e estratégico, mas também um saber de tipo prático-moral que possibilite uma ampliação da autonomia social em face de nossa própria natureza interna”. Ou seja, a linguagem como um meio de comunicação que pode levar os indivíduos ao entendimento deve orientar a ação comunicativa, e não a ação que se concentra nas alternativas e nos fins a alcançar, e que, ao fornecer os instrumentos de objetivação e de controle, caracteriza o mundo dos sistemas com sua lógica que visa o êxito da própria ação e acaba colonizando o mundo da vida. De fato:

A perda da pré-compreensão da prática comunicativa encolhe o mundo vivido e o torna apenas mais um subsistema. Quando a integração sistêmica interfere sobre a integração social, se estabelece uma violência estrutural que ataca as formas de entendimento possível da ação comunicativa, gerando perda de sentido, perda de legitimação, desestabilização das identidades coletivas, ruptura da tradição (HABERMAS, apud PRESTES, 1996, p. 84).

Como nas sociedades contemporâneas a instrumentalização continuou a ser a racionalidade dominante, aquela que orienta a construção de modos de ser que se caracterizam pela perda de sentido, falta de confiança, dependência, opressão, individualismo, Habermas (1990, p. 33) propôs um redimensionamento nas formas de ação que permitisse sua superação pelo agir comunicativo sob o seguinte argumento:

No agir comunicativo, pressupõe-se a base de validade do discurso. As pretensões de validade universal (verdade, justiça, veridicidade), que pelo menos implicitamente são colocadas e reciprocamente reconhecidas pelos interessados, tornam possível o

consenso que serve de base para o agir comum. No agir estratégico, esse background de consenso não existe: não se espera que sejam verídicas as intenções expressas, e a conformidade a normas de uma exteriorização (ou a justeza da própria norma posta como fundamento) é pressuposta de um modo diverso do que no agir comunicativo, ou seja, de modo contingente.

Assim, em suas argumentações sobre a distinção entre esses dois tipos de ação, Habermas (1990) deixa evidente que as ações comunicativas são governadas por uma racionalidade capaz de incluir todos os elementos substantivos dos contextos individual, social e cultural do homem, possibilitando entendimento entre indivíduos comunicativos sobre princípios válidos para todos; ao passo que as ações instrumentais não são reguladas por normas sociais, não se apóiam na intersubjetividade, nem são aprovadas pelo interesse de todos os membros da sociedade. Ainda mais, a base da racionalidade comunicativa está na possibilidade de que cada indivíduo possa atuar diante dos outros não como objeto ou fato meramente formal, mas como um ser que tem possibilidade de falar e argumentar. A esse propósito, Habermas (1990, p. 33) esclarece ainda:

O agir comunicativo não pode ser racionalizado nem sob o aspecto técnico dos meios escolhidos, nem sob o aspecto estratégico da escolha dos meios, mas apenas sob o aspecto prático-moral da capacidade de entender e de coordenar do sujeito de ação, bem como da possibilidade de justificação no que se refere à norma de ação.

Valendo-nos dos argumentos discutidos a respeito das formas de ação e dos tipos de racionalidade que as orientam, é possível entendermos que, em sociedades complexas como a nossa, a ação instrumental é necessária; mas a ação comunicativa é aquela que, ao possibilitar a realização de interações orientadas ao entendimento, fornece as condições necessárias para o homem desenvolver sua identidade como humano: emancipar-se de sua condição de animal humanizável e se tornar humano – um indivíduo com uma identidade livre, membro de uma coletividade e com capacidade de questionar a realidade e de refletir sobre ela. Isto se justifica porque a forma de ação comunicativa, ao ser orientada pela intersubjetividade, tem maior chance de promover o en-

tendimento entre os indivíduos, de modo a possibilitar sua intervenção no mundo contemporâneo, à medida que buscam solução para os problemas que os afetam ou simplesmente buscam solução para resolver as dificuldades concretas do seu cotidiano e coordenar as situações problemáticas no mundo da vida. Assim, “o desafio, face à crescente ameaça de colonização do mundo da vida, é criar condições para que a metamorfose, por mais contraditória e complexa que seja, não perca seu sentido emancipatório.” (CIAMPA, 1998b, p. 16).

Entendemos, então, que a razão comunicativa, ao ser orientada para um interesse emancipatório, poderá, mesmo diante de contextos histórico-sociais e político-institucionais desfavoráveis, criar condições para o desenvolvimento de um mundo que mereça ser vivido: uma sociedade emancipada, na qual todos os membros possam ter acesso aos bens produzidos e constituir modos de ser que se caracterizem pela liberdade, autonomia e criticidade, assegurando, assim, o progresso da humanidade. Mas, como bem lembra Ciampa (2000, p. 5), “numa sociedade de massa, o indivíduo livre, autônomo, emancipado torna-se freqüentemente uma ilusão”. Contudo, “se reconhecermos a base intersubjetiva da vida psíquica individual não poderemos ignorar que é neste mundo caracterizado pelo pluralismo moderno e pela crise de sentido que hoje está se dando a formação e transformação da identidade pessoal” (CIAMPA, 1998b, p. 13).⁵

Assim, segundo esse autor, uma utopia emancipatória ainda hoje não só é possível, mas necessária, pois significa continuar a busca pela concretização da identidade humana. Nessa trajetória, a razão comunicativa tem papel primordial, pois cria um espaço intersubjetivo, no qual o indivíduo tem mais chances de buscar a sua emancipação, mesmo que o mundo sistêmico tenha colonizado o mundo da vida.

No que concerne à importância da atividade no processo de construção do psiquismo humano, em princípio é possível concluirmos que não importam as formas de ação e os tipos de racionalidade que as orientam, porque, independentemente de ser instrumental ou comunicativa, a atividade é um modo de interação que possibilita ao homem se apropriar da experiência de toda a humanidade e, por conseguinte, formar e transformar os processos psíquicos como atenção, memória, percepção, pensamento, linguagem, consciência, emoções, sentimentos, comportamentos sociais, dentre outros; constituindo-se, portanto, em um fator essencial na construção e explicação destes processos. Desse modo, fica evidente que, nessa dinâmica inter-relacional, a atividade é

um fator essencial; porém, sem um sistema de sinais, ela é improvável, porque sem o uso da linguagem os homens não podem comunicar-se e, portanto, não podem incorporar nem expressar significados, muito menos coordenar suas atividades cotidianas.

Conclui-se, então, da análise até aqui realizada, que a dinâmica interacional manifestada por meio dos dois mecanismos mediadores da atividade – instrumental/prática e comunicativa/simbólica – ocupa posição central no processo de socialização do indivíduo e, logo, da sua individualização, uma vez que somente com a socialização é que há individualização. Mas, convém lembrarmos que há outros fatores mediadores que se interpenetram com a atividade e a linguagem e, por conseguinte, estão envolvidos nesse processo de humanização, como a familiarização, as relações interpessoais e as emoções, e que precisam ser analisados para serem mais bem compreendidos.

2.3 A Familiarização

Quanto à familiarização, Habermas (1990, p. 118) adverte que “só é possível caracterizar satisfatoriamente a forma de vida especificamente humana se relacionarmos o conceito de trabalho social ao de princípio familiar de organização”. Ciampa (1998a) explica essa premissa, argumentando que o trabalho é condição necessária, mas não suficiente para distinguir o que se pode entender por forma de vida humana, porque a humanização se completa necessariamente em uma estrutura social familiar, ou seja, com a “familiarização do homem”, processo que consiste em explicar como se constitui a família como forma de organização da sociedade. Quanto à forma como esse processo historicamente transformou e continua até hoje a transformar os modos de ser humano, Ciampa (1998a, p. 05) pondera:

Com a ‘familiarização do homem’, formam-se sistemas sociais de papéis que, entre outras coisas, vão criar uma moralização dos motivos de ação, permitindo que o ordenamento social se funde, não mais sobre o poder como característica individual do detentor do status, próprio do ordenamento animal, mas sim sobre o reconhecimento intersubjetivo de expectativas de comportamento sujeitas à estruturação em normas.

Com esse argumento, Ciampa (1998a, p. 7) deixa claro que não há primazia do trabalho e da família na explicação do processo de humanização, uma vez que ambos são condições necessárias ao processo de socialização e, logo, ao de individualização. Todavia, “com base

na estrutura social familiar – pressupostos o trabalho social e a linguagem – é que se dá a socialização das gerações humanas, com as quais se reproduzem indivíduo, sociedade e cultura”. Assim é por intermédio da família que o homem pode substituir o “sistema animal de status” por um “sistema de normas sociais” que pressupõe a linguagem.

A família sendo uma instituição social é um contexto de socialização que tem como função básica garantir a sobrevivência física e psíquica aos indivíduos, conforme vai ensinando informalmente o que os indivíduos devem pensar, sentir e fazer. É desse modo que a família, ao cumprir suas funções, exerce também ação socializadora e individualizadora, pois ao levar os indivíduos a se apropriarem de valores, normas e padrões culturais da sociedade possibilita o desenvolvimento da linguagem, da moral, dos fetos, dos papéis sociais e sexuais, da auto-estima, dentre outras características psicológicas.

É nessa direção que o processo de se tornar humano só é possível pela atividade simbólica, como se refere Vygotsky, ou ação comunicativa como quer Habermas, o que implica, como já vimos, o estabelecimento de relações intersubjetivas e, logo, a apropriação da cultura, o desenvolvimento da socialização e da individualização – a construção do psiquismo humano.

2.4 As Relações Interpessoais

As relações que os indivíduos mantêm com os outros que estão ao seu redor, sobretudo aqueles que lhes são significativos⁶, têm como papel primordial mediar a apropriação das significações socialmente produzidas, tornando possível, com isso, a construção de um indivíduo que, ao dar um sentido aos objetos, normas, valores, atitudes, papéis sociais, experiências, atividades profissionais e outros, individualiza-se e constrói, embora de forma determinada, um modo próprio de ser no mundo. Para a Psicologia Sócio-Histórica, essas relações configuram-se em um espaço de intersubjetividade que pode ser considerado como “o lugar do encontro, do confronto e da negociação dos mundos privados (ou seja, de cada interlocutor) à procura de um espaço comum de entendimento e produção de sentido, mundo público de significação.” (SMOLKA; GÓES; PINO, 1995, p. 22 apud AGUIAR, 2000). O primeiro lugar onde acontecem as relações intersubjetivas é o espaço familiar, pois este é o espaço fundamental de existência do indivíduo. É nele que se constituem as relações afetivas, sexuais e de companheirismo,

que funcionam como base para a formação do psiquismo humano, sobretudo de processos como a consciência e a identidade, cruciais na construção de um modo de ser singular.

De fato, é nas relações intersubjetivas que ocorre a apropriação de significados, produção de sentidos e, conseqüentemente, formação e transformação do psiquismo. Em outros termos, significa dizer que é no espaço intersubjetivo que o indivíduo constrói os processos que lhe possibilitarão compreender a realidade em toda a sua complexidade e que constituem esse indivíduo e representam-no como o ser humano que ele se tornou: um indivíduo que construiu uma individualidade que se caracteriza por linguagem, pensamento, consciência, identidade, emoções, sentimentos e comportamentos que lhes são peculiares.

Vygotsky (1994) nos faz reconhecer essa base intersubjetiva do psiquismo humano, quando desenvolve uma série de argumentos para esclarecer sua hipótese fundamental de que as funções psíquicas superiores são formadas e transformadas pela interação social. Dentre esses argumentos, destacamos aquele que é central em sua obra e esclarecedor para a Psicologia Sócio-Histórica: os processos psíquicos e comportamentais que constituem o psiquismo de um determinado indivíduo são, fundamentalmente, produtos interpessoais:

Um processo interpessoal é transformado num processo intrapessoal. Todas as funções no desenvolvimento da criança aparecem duas vezes: primeiro, no nível social, e, depois, no nível individual; primeiro, entre pessoas (interpsicológica), e, depois, no interior da criança (intrapsicológica). Isso se aplica igualmente para a atenção voluntária, para a memória lógica e para a formação de conceitos. Todas as funções superiores originam-se das relações reais entre indivíduos humanos (VYGOTSKY, 1994, p. 64).

Partindo desses pressupostos, entendemos que, embora tradicionalmente seja a matriz inicial da vida psíquica individual, a família estende-se aos demais grupos sociais, isto é, aos outros que nos são significativos, visto que as relações interpessoais têm influência decisiva sobre o processo de socialização e, logo, de individualização. É por isso que os autores da Psicologia Sócio-Histórica são unânimes ao afirmar que o homem só é um ser humano na relação com os outros.

2.5 As Emoções

Como o homem torna-se humano, inevitavelmente, na mediação com os outros que lhes são significativos, as emoções constituem outro mediador importante nessa dinâmica interacional e, logo, no processo de construção do psiquismo e dos modos de ser o mundo. Vygotsky (1993), embora tenha desenvolvido pouco a teorização sobre as emoções, fornece indícios do seu papel mediador nesse processo quando, ao analisar as relações entre pensamento e linguagem, constata a relação entre o próprio pensamento e os processos motivacionais. Para esse autor,

O pensamento propriamente dito é gerado pela motivação, isto é, por nossos desejos e necessidades, nossos interesses e emoções. Por trás de cada pensamento há uma tendência afetivo-volitiva, que traz em si a resposta ao último ‘por que’ de nossa análise do pensamento. Uma compreensão plena e verdadeira do pensamento de outrem só é possível quando entendermos sua base afetivo-volitiva (VYGOTSKY, 1993, p. 129).

Emoções e cognição são, portanto, processos que se relacionam internamente de tal modo que são mutuamente interdependentes. “As emoções são constituídas pela apreciação cognitiva dos acontecimentos e, pois, dependem da cognição para sua própria qualidade. Inversamente, a cognição é intrinsecamente permeada e afetada pela emoção.” (VYGOTSKY apud Ratner, 1995, p. 7).

Lane (1995, p. 57), ao acompanhar o desenvolvimento de pesquisas que apontaram para “a natureza social e o caráter comunicativo das emoções – ou seja, que elas se constituem em uma linguagem cujas mensagens podem tanto desencadear o desenvolvimento da consciência, como fragmentá-la”, constata também a importância das emoções como uma mediação, ao lado da linguagem e do pensamento, na constituição do psiquismo. Lane (1995), ao analisar as contribuições de alguns autores para o estudo das emoções,⁷ reforça sua tese sobre a natureza mediacional das emoções na constituição do psiquismo humano, concluindo que, se emoções e sentimentos, como prazer, desprazer, alegria, tristeza, amor, ódio, vergonha, culpa, insegurança, despeito, melancolia, angústia, nostalgia e outros, estão presentes nas ações, na consciência e na identidade do indivíduo, diferenciando-se social e historicamente por meio da linguagem,

então, elas constituem as características que configuram e identificam a individualidade. Assim:

Emoção, linguagem e pensamento são mediações que levam à ação, portanto, somos as atividades que desenvolvemos, somos a consciência que reflete o mundo e somos afetividade que ama e odeia este mundo, e com esta bagagem nos identificamos e somos identificados por aqueles que nos cercam (LANE, 1995, p. 62).

Desse modo, a interação social, mediada pela linguagem, pela atividade, pela familiarização, pelas relações interpessoais e pelas emoções, é o que torna o homem um indivíduo. Conseqüentemente, o homem se humaniza ao mesmo tempo em que interage com o mundo; socializa-se e assegura a sua individualização diante dos outros, construindo um modo próprio de ser no mundo: um indivíduo com corporeidade, consciência, emoções, sentimentos e identidade que lhes são próprias – uma subjetividade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Partindo das considerações sobre a dialética do indivíduo com o seu mundo real, relacionando-as com os conceitos da teoria da ação comunicativa e com os postulados da Psicologia Sócio-Histórica, é possível chegarmos a duas significativas conclusões. A primeira é que é fundamental a compreensão de que o psiquismo humano e seus processos não se desenvolvem a título de aptidões inatas e de adaptação do comportamento específico às influências do meio imediato. Mas, ao contrário, o psiquismo é uma construção social, histórica e cultural e, portanto, seu conteúdo psíquico não tem origem no próprio indivíduo, e seu princípio explicativo reside fora do indivíduo, isto é, na sociedade, na cultura e nos outros indivíduos. A segunda conclusão é que a apropriação da experiência humana pelo homem possibilita não só a construção do seu psiquismo, mas também sua transformação: ocorre a aquisição da linguagem racional (a palavra); a formação do pensamento verbal (a lógica); o surgimento da memória, da imaginação ativa e da criatividade; o desenvolvimento e aprimoramento da consciência; o desenvolvimento de emoções e sentimentos mais refinados; e a formação de tipos de comportamentos sociais e modos de ser verdadeiramente novos.

Mesmo passível de limitações e críticas, por não ser um sistema teórico acabado, organizado e aprofundado, os postulados da Psicologia Sócio-Histórica de Vygotsky, Leontiev e Luria, fornecem-nos subsídios teóricos que, aliados aos de Berger, Luckmann e Habermas, ajudaram-nos a compreender o homem como um ser histórico, social e concreto, e seu psiquismo como um processo complexo e dinâmico que se constitui na relação dialética do homem com seu mundo real, tendo como forma de se expressar a subjetividade. Isso significa que os processos e particularidades psíquicas são complexos e contraditórios e devem ser estudados e compreendidos como processos em movimento e em permanente transformação.

Na perspectiva teórica desses autores, entendemos que o desenvolvimento do psiquismo humano é um processo em permanente construção e envolve, basicamente, aspectos como um suporte biológico específico, interações sociais mediadas pela atividade prática e simbólica, familiarização, relações interpessoais e emoções. São esses aspectos que possibilitam ao homem construir seu psiquismo, o qual é caracterizado pela consciência, emoções e sentimentos que ele desenvolve em relação à realidade e a si mesmo e, ainda, pelo seu inconsciente.

Lane (1994a, 1994b, 1995), Ciampa (1987), Bock (1991, 1999) e Aguiar (1995 e 2000), dentre outros autores, tomaram como referencial o materialismo dialético e a perspectiva social, histórica e cultural do psiquismo humano; investigaram algumas das suas particularidades e constataram que, de fato, o psiquismo e seu conteúdo são, eminentemente, sociais e devem ser analisados como algo em processo, em movimento, pois se constituem na interação dialética do indivíduo com a sua realidade objetiva. Além disso, esses autores constataram também a necessidade de mais investigações que possam evidenciar que viver em um dado contexto histórico, social e cultural é o que leva o indivíduo a desenvolver determinadas formas de atividades, linguagem e de emoções superiores e a constituir um determinado psiquismo e uma dada subjetividade.

Nesse sentido, esses autores sugerem que esses estudos devem ter como base de análise a atividade, a consciência e a identidade, categorias que, mediadas pela linguagem, pensamento, familiarização e outras relações interpessoais, emoções e demais modos de interação social, constituem e explicam o caráter dialético do psiquismo e, por conseguinte, da subjetividade.

Notas

- ¹ Além desses autores, recorreremos também a Lane (1994, 1995, 2002), Ciampa (1987, 1997, 1998), Bock (1995, 2001), Aguiar (2000), dentre outros que se preocuparam em estudar o processo de construção do psiquismo e/ou alguns dos seus processos e particularidades, como a consciência, a identidade e as emoções, tendo como referencial a concepção de homem como um ser social, histórico e cultural.
- ² Para Berger e Luckmann (1985), o mundo significa a realidade sócia objetiva e subjetiva. A realidade objetiva se refere ao mundo em que o indivíduo vive cotidianamente, ao passo que a subjetiva é concernente ao mundo interno de cada indivíduo. Para Habermas (1987, 1990), o mundo é o mundo da vida e o mundo do sistema. O mundo da vida diz respeito à estrutura básica que é comum a todos, e se organiza em três esferas: o mundo objetivo, o mundo social coletivo e o mundo subjetivo do falante. O mundo dos sistemas está relacionado às instâncias que controlam o mundo da vida, como a economia, o mercado, a administração, a política, dentre outros.
- ³ Berger e Luckmann (1987) denominam esse processo de interiorização; Vygotsky (1994), de internalização; Leontiev (1978), de apropriação; e Luria (1991), de assimilação.
- ⁴ Sobre os conceitos de tipificação, institucionalização e legitimação, cf. Berger e Luckmann (1985, p. 69-172).
- ⁵ Ciampa, ao explicar que o nosso mundo pós-moderno pode ser caracterizado, na dimensão da cultura, pelo pluralismo e pela crise de sentido, fundamenta-se em Berger e Luckmann (1997).
- ⁶ Os outros significativos são as pessoas capazes de linguagem e de ação e que formam os grupos de referência concreta, como a família e a escola, e que são essenciais para a socialização do indivíduo e para a construção do seu psiquismo. Conforme Berger e Luckmann (1985), o termo “outros significativos” foi explicado por Mead na sua teoria sobre a ontogênese do “eu” na obra “Mind, Self and Society” (Chicago, University of Chicago Press, 1934). _____. Ciência como problema da Psicologia do comportamento. In: _____. Teoria e método em Psicologia. São Paulo: Martins Fontes, 1996c. p. 55-86.

Referências

- AGUIAR, W. M. J.; BOCK, A. M. B. Por uma prática promotora de saúde em orientação vocacional. In: BOCK, A. M. B. [et al]. *A escolha profissional em questão*. São Paulo: Ed. Casa do Psicólogo, 1995. p. 9-23.
- AGUIAR, W. M. J. Reflexões a partir da Psicologia Sócio-Histórica sobre a categoria consciência. *Cadernos de Pesquisa*. São Paulo: Cortez, n. 110, p. 125-142, jul. 2000.
- BOCK, Ana M. B. *Pensando a Profissão de Psicólogo ou Eu Caçador de Mim*. (Dissertação de Mestrado). São Paulo: Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 1991.
- BOCK, A. M. B. O desafio da construção de uma nova psicologia. *Revista da Faculdade de Psicologia da PUC*, São Paulo, v. 1, n. 01, p. 13-18, set. 1995.
- BOCK, A. M. B.; GONÇALVES, M. G. M.; FURTADO, O. (Org.). *Psicologia sócio-histórica: uma perspectiva crítica em psicologia*. São Paulo: Cortez, 2001.
- BOCK, A. M. B. *Aventuras do Barão de Münchhausen na Psicologia*. São Paulo: EDUC: Cortez, 1999.

BERGER, P. L.; LUCKMANN, T. *A construção social da realidade: tratado de Sociologia do Conhecimento*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1985.

CARVALHO, M. V. C. de. *Histórias de ser e fazer-se educador: desvelando a identidade do professor universitário e suas possibilidades emancipatórias*. 2004. 229 f. Tese (Doutorado em Educação)–Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2004.

CIAMPA, A. da C. *A estória do Severino e a história da Severina: um ensaio de Psicologia Social*. São Paulo: Brasiliense, 1987.

_____. *Identidade humana como metamorfose: a questão da família e do trabalho e a crise de sentido no mundo moderno*. São Paulo: 1998a. Inédito.

_____. *Pluralismo moderno e pensamento pós-metafísico na discussão das práticas alternativas*. São Paulo: 1998b. Inédito.

_____. *Carreiras sem fronteiras: identidade humana e identidade profissional*. São Paulo: 2000. Inédito.

HABERMAS, J. *Teoría de la acción comunicativa 1: racionalidad de la acción y racionalización social*. Madrid: Taurus, 1987.

_____. *Para a reconstrução do materialismo histórico*. São Paulo: Brasiliense, 1990.

LANE, S. T. M. A Psicologia Social e uma nova concepção do homem para a Psicologia. In: LANE, S. T. M.; CODO, W. (Org.). *Psicologia Social: o homem em movimento*. São Paulo: Brasiliense, 1994a, p. 10-19.

_____. *As metamorfoses da 'metamorfose humana': uma utopia emancipatória ainda é possível hoje?* São Paulo: 1997. Inédito.

_____. *Consciência/alienação: a ideologia no nível individual*. In: LANE, S. T. M.; CODO, W. (Org.). *Psicologia Social: o homem em movimento*. São Paulo: Brasiliense, 1994b, p. 40-47.

_____. *A mediação emocional na constituição do psiquismo humano*. In: LANE, S. T. M.; SAWAIA, B. (Org.). *Novas veredas da Psicologia Social*. São Paulo: Brasiliense/ EDUC., 1995, p. 55-63.

_____. *A dialética da subjetividade versus objetividade*. In: FURTADO, O.; REY, F. G. (Org.). *Por uma epistemologia da subjetividade: um debate entre a teoria sócio-histórica e a teoria das representações sociais*. SP: Casa do Psicólogo, 2002, p. 11-17.

LEONTIEV, A. *O desenvolvimento do psiquismo*. Lisboa, Portugal: Horizonte Universitário, 1978.

_____. *Actividad, conciencia y personalidad*. México: Editorial Cartago, 1984.

LURIA, A. R. *Curso de Psicologia Geral 1*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1991.

_____. *O problema da linguagem e a consciência*. In: LURIA, A. R. *Pensamento e linguagem: as últimas conferências de Luria*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1986. p. 11-26.

PRESTES, N. H. *Educação e racionalidade: conexões e possibilidades de uma razão comunicativa na escola*. Porto Alegre, RS: EDIPUCRS, 1996.

RATNER, C. A. *Psicologia Sócio-Histórica de Vygotsky: aplicações contemporâneas*. Porto Alegre, RS: Artes Médicas, 1995.

VYGOTSKY, L. S. *Pensamento e linguagem*. São Paulo: Martins Fontes, 1993.

_____. *A formação social da mente*. São Paulo: Martins Fontes, 1994.

VYGOTSKY, L. S.; LURIA, A. R. *Estudos sobre a história do comportamento: símios, homem primitivo e criança*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1996.

VYGOTSKY, L. S. *A psique, a consciência e o inconsciente*. In: _____. *Teoria e método em Psicologia*. São Paulo: Martins Fontes, 1996a. p. 137-160.

_____. O problema da consciência. In: _____. *Teoria e método em Psicologia*. São Paulo: Martins Fontes, 1996b. p. 171-190.

_____. Ciência como problema da Psicologia do comportamento. In: _____. *Teoria e método em Psicologia*. São Paulo: Martins Fontes, 1996c. p. 55-86.

Abstract: The aim of this article is to analyze the social, historical and cultural construction of the human psychism in the perspective of the socio-historical psychology. In order to do this, first we will explain why the ideas of Vygotsky, Leontiev, Luria, Habermas, Berger and Luckmann constitute theoretical presuppositions that allow us to understand the human thesis as social, historical and culturally formed. We will also explain that it is in the interactive man and world process that the individual builds his psychism and therefore becoming human. We will explain the interactive man and the world process in detail, showing that the various ways of social complex and dynamic process that is formed in the dialectic relation of the man with his real world, having it as a form of expressing the subjectivity. interaction constitute different manners of being in the world. Finally, we will make some final considerations, rescuing some aspects developed throughout the text, in order to highlight the importance of developing research about the processes and psychic particularities with the aim of helping us understand the man as a historical, social and concrete being and his psychism as a complex and dynamic process that is formed in the dialectic relation of the man with his real world, having it as a form of expressing the subjectivity.

Key-words: social-historical psychology, human psyche, social interaction

* Este texto tem sua origem na tese de doutoramento da autora (CARVALHO, 2004).

** Doutora em Educação: Psicologia da Educação pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Professora do Departamento de Fundamentos da Educação e do Programa de Pós-Graduação em Educação do CCE/UFPI. Coordenadora do Núcleo de Estudos e Pesquisas em Psicologia da Educação – NEPPED do PPGEd da UFPI.